



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº /2016

(Do Sr. Deputado Nilto Tatto)

*Requer a realização de audiência pública, bem como de diligência para participação de representantes desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para debater e ouvir denúncias sobre a situação dos direitos humanos no estado e a capacidade dos órgãos de Estado em responder às demandas de garantia de direitos fundamentais.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, bem como de diligência para participação de representantes desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para debater e ouvir denúncias sobre a situação dos direitos humanos no estado e a capacidade dos órgãos de Estado em responder às demandas de garantia de direitos fundamentais.

#### JUSTIFICAÇÃO

Audiências públicas em planejamento por diversas casas legislativas no País, com a participação de representações da sociedade civil, pretendem avaliar e posicionar-se frente a medidas tomadas pelo atual governo, que tem gerado justificada preocupação entre gestores e ativistas em direitos humanos.

Preocupam o rebaixamento do Ministério de Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos a uma mera secretaria do Ministério da Justiça; a portaria ministerial que suspendeu por 90 dias todas as atividades de direitos humanos

no País, o que inclui convênios com unidades da Federação pelos quais funcionam programas de proteção a pessoas ameaçadas. Essas e outras medidas, associadas ao recrudescimento de ataques a setores vulneráveis da população, como os povos indígenas, justificam o clima de apreensão generalizado entre personalidades, ex-ministros e organizações de notória credibilidade e história de atuação em defesa dos direitos humanos.

Soma-se a isso a forte repressão das polícias militares em diversos estados contra movimentos e manifestações políticas em defesa de democracia. Tais ações violentas colocam em ameaça à liberdade de expressão e de organização no país.

Outra preocupação centra-se em como as medidas econômicas de austeridades e cortes do atual governo podem colocar em risco as políticas públicas de Direitos Humanos e muitos outros direitos, como os direitos trabalhistas e previdenciários.

O princípio de não-regressão em direitos humanos, o direito básico a ter direitos, estão sendo inequivocamente atingidos pelas profundas mudanças em curso, não se constituindo apenas como ameaças, mas efetiva perda de conquistas acumuladas em anos de lutas na sociedade civil e de diálogo construtivo entre diferentes forças políticas.

Tendo em vista a importância das mencionadas diligências para ouvir denúncias, avaliações e propostas no sentido da garantia dos direitos fundamentais, contamos com o apoio dos integrantes deste colegiado parlamentar.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 2016.

**Deputado Nilto Tatto**  
PT/SP